

O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DA DÉCADA DE 70: UM FAZER HISTORIOGRÁFICO

Hélio Rodrigues Júnior (IP-PUC/SP)
h-rodriques-junior@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho trata da constituição do ensino da língua portuguesa da década de 70, numa perspectiva historiográfica, com o objetivo de recuperar o processo de instituição e constituição do ensino da língua materna, identificando e compreendendo sua evolução. Procuramos analisar as concepções de ensino na esteira da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (LDB n. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971), tomando por apoio um livro didático do período, como via de acesso para conhecer esse passado, traçando um paralelo com a história do presente. Perguntamos, assim, como essa lei compreende o ensino de língua materna? De que maneira essas concepções continuam nos dias atuais? Como método de investigação, acompanhamos o maior representante da historiografia linguística, Konrad Koerner, partindo dos três princípios: (i) a *contextualização*, abordando a concepção do ensino do Brasil, mais especificamente, o cenário da língua portuguesa na sala de aula, na década de 70; (ii) a *imanência* abre a investigação dos aspectos conceituais inerentes no livro didático dessa época, possibilitando um “entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto” (KOERNER, 1996, p. 60); (iii) a *adequação*, ao final do trabalho, aproxima os elementos conceituais assumidos no livro didático da década de 70 com o ensino de língua materna nesse início do século XXI.

Palavras-chave:

Ensino de português. Historiografia linguística. LDB. Livro didático. Gramática.

1. Considerações iniciais

Muitas têm sido as investigações na perspectiva historiográfica voltadas a recuperar o processo de instituição e constituição do ensino da língua portuguesa, identificando e compreendendo sua evolução.

Este trabalho pretende, assim, evidenciar as concepções de ensino assumidas na educação brasileira instituída pela reforma da *Lei de Dire-*

trizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (Lei nº. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971), tomando por base o livro didático do período como via de acesso para conhecer esse passado, traçando um paralelo com a história do presente.

Olhamos, mais especificamente, como vem se constituindo nesse período as relações entre a proposta do livro e o projetado professor de português. Para tanto, a pesquisa se sustenta na historiografia linguística, que permite analisar o livro didático às luzes da legalidade da década de 70, ampliando à compreensão do processo de ensino da língua portuguesa, ou seja, as diferentes formas de ensinar língua, a postura do professor, a função do aluno, o espaço da norma gramatical, o uso da linguagem.

É nesse campo de investigação que mobilizamos os questionamentos que se colocam: como essa lei compreende o ensino de língua materna? De que maneira essas concepções continuam nos dias atuais?

Dentre essas e outras possibilidades, como fontes primárias, analisamos um didático de língua portuguesa do ensino fundamental, publicado na atmosfera da lei, a fim de percorrermos um lastro da educação básica brasileira, estabelecendo, assim, a constituição do *corpus* da pesquisa: *Português Oral e Escrito*, de Dino Preti, lançado pela Cia. Ed. Nacional, em 1977, direcionado à sexta série do ensino fundamental, livro do professor.

Baseamo-nos na historiografia linguística, como método de investigação, acompanhando o seu maior representante, Konrad Koerner (1996), partindo dos três princípios: (i) a contextualização, abordando a concepção do ensino do Brasil, mais especificamente, o cenário da língua portuguesa na sala de aula, na década de 70; (ii) a imanência abre a investigação dos aspectos conceituais inerentes no livro didático dessa época, possibilitando um “entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto” (KOERNER, 1996: 60); (iii) a adequação, ao final do trabalho, aproxima os elementos conceituais assumidos no livro didático da década de 70 com o ensino de língua materna nesse início do século XXI.

Encontramos no livro didático analisado um reflexo da mentalidade da época e uma preconização da legislação vigente. Como outros resultados, confirmamos, também, que a orientação do livro ainda se repete, de alguma forma, na prática educativa da contemporaneidade.

2. Contextualização: um retrospecto do ensino da língua portuguesa na década de 70

A chamada "Reforma do Ensino", instituída com a promulgação da Lei nº. 5.692/71, ocorreu no seio da ditadura militar no Brasil. Embora afirme pautar-se pelo princípio de flexibilidade e defender os princípios democráticos de exercício da cidadania, a lei acaba revelando, em sua redação, o autoritarismo daquele momento histórico, por meio de expressões como: "observância de normas fixadas"; "observar-se-ão as seguintes prescrições"; "será fixada"; "será obrigatória"; "será instituída obrigatoriamente"; "exigir-se-á a conclusão", entre outras. (SAVIANI, 1997)

Continuando na previsão da lei, em seu § 2º., do artigo 4º. - "No ensino de 1º. e 2º. graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira" -, encontramos as duas concepções de linguagem que dominavam o cenário teórico relativo ao ensino de língua portuguesa de então: (i) o normativismo⁷, concepção subjacente à língua como "expressão da cultura brasileira", e (ii) o estruturalismo⁸, verificado na concepção de língua enquanto "instrumento de comunicação".

Vemos que a concepção de linguagem, como expressão do pensamento, atua no sentido de fixar a norma culta da língua como expressão da cultura brasileira. No entanto, esse ideal baseia-se em uma concepção estática e homogênea de língua, pois pensa na sua unidade, sem considerar que a língua varia e que, portanto, conhecer uma língua é conhecer as suas variedades para o manejo social. (FIORIN, 2001)

Além dessa concepção de linguagem como expressão do pensamento, uma outra ressaltada nessa *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, em decorrência da ênfase ao tecnicismo, institui a linguagem como instrumento de comunicação.

⁷ Também denominado ensino tradicional. Não admite outro ensino a não ser o da língua padrão, verificada nos cânones literários. Dessa concepção decorre a noção de erro, associada aos preceitos da gramática normativa, como tudo aquilo que foge à variedade eleita como modelo de correção da linguagem, alimentando o mito de que as pessoas que não conseguem se expressar segundo a modalidade padrão não sabem também pensar.

⁸ O estruturalismo teve seu início marcado pelas ideias de Saussure (1857-1913), para quem os fenômenos linguísticos são peças de um sistema, no qual todo fenômeno tem seu lugar e obtém sua verdadeira significação através de sua relação com outros fenômenos, com outras peças fixas do mesmo sistema. Esse sistema, previamente elaborado, é apresentado como indiscutível à consciência individual de cada falante, pois privilegia a língua como um sistema estável de formas normativamente idênticas.

Enquanto a primeira caracteriza a visão tradicional de gramática como um conjunto de regras a serem seguidas, a segunda está presente no estruturalismo, que concebe a gramática como uma relação de estruturas, passível de classificação e descrição científica.

Diferentemente do normativismo, o estruturalismo propõe descrever a língua tal como é falada por determinada comunidade, em determinada época. No entanto, a operacionalização dessa concepção acaba por limitar-se à descrição da norma culta, uma vez que ao estruturalismo interessa a abstração linguística e não propriamente a realização linguística concreta de cada falante.

Esse projeto de ensino garante-se nos/pelos livros didáticos que se tornaram os grandes aliados dos professores, já que vinham com diversos e variados exercícios, aos quais os alunos respondiam no próprio livro e nos quais o professor, presenteado pelo livro do professor, já encontrava as respostas, aceitas com submissão, sem muito, ou talvez, sem nenhum questionamento. A prática de redação era rara. A cobrança ainda se debruçava sobre a forma, só que agora, verificando-se a reprodução dos modelos.

Dessa maneira, com um discurso de que a prática, os exercícios levam à aprendizagem, o enfoque era o incentivo à repetição. Repetição que não era questionada, nem reclamava, aparentemente, uma reflexão. Aparentemente porque, para aqueles que veem a sala de aula como um lugar de interação verbal, essa prática abafava os ideais de ver no seu aluno o seu interlocutor, mas o configuravam em reproduzidor de modelos que nem sempre eram aqueles do professor. Isso porque os livros didáticos proliferavam com o respaldo dos órgãos responsáveis pela educação, no Estado e na União.

Esse cenário é o reflexo da própria situação política por que passava o país – regime militar, que se viu mais fortalecido na década de 70. Não cabia questionar naquele momento.

Passamos ao encontro dessas perspectivas, nesse estudo historiográfico, em um livro didático da época.

3. Imanência: o livro didático revelando o ensino de língua portuguesa da década de 70

Português Oral e Escrito, de Dino Preti, lançado pela Cia. Ed. Nacional, em 1977, direcionado à 6ª série do ensino fundamental (hoje, 7º. ano), livro do professor, é o didático emblemático nesse trabalho para tratarmos do ensino da década de 70.

Inscribe-se em um período em que o livro didático deve oferecer não só os textos para leitura, mas também orientações metodológicas, atividades didáticas a serem realizadas e até mesmo as respostas às questões formuladas (livro do professor).

O livro apresenta-se organizado em quatro unidades, sendo que cada uma é composta por três lições. Essas doze lições são abertas por um texto; estruturam-se obedecendo a uma determinada sequência, mantendo-se, predominantemente, invariável da primeira à última.

O texto é o elemento que abre as unidades, vindo ilustrado com sobriedade, em geral com montagens fotográficas sobre o assunto neles tratado, sendo que, na maioria das vezes, a ilustração aparece na folha na folha esquerda e o texto, na folha direita. Os textos são predominantemente de autores da literatura brasileira contemporânea, como, por exemplos, Érico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino. O autor seleciona textos de assuntos variados tendo alguns com marcas regionais, como forma de os alunos poderem tomar contato com a cultura de várias comunidades brasileiras.

Após a apresentação de cada texto, há, além de uma fotografia do seu autor, uma breve referência biográfica como uma possibilidade de o aluno conhecer um pouco mais a respeito da vida e obra do escritor.

Paralelo ao texto, organiza-se um vocabulário que ajuda o leitor na leitura e compreensão que se localiza ao lado da linha em que aparece a palavra a ser explicada.

Depois da leitura, são apresentadas diferentes atividades. A primeira delas está relacionada ao estudo do texto e está dividida em: *O sentido das palavras* e *O sentido do texto*. Em *O sentido das palavras*, são apresentados exercícios envolvendo, em geral, pesquisa no vocabulário localizado ao final do livro ou dicionário. Vejamos, a partir do exemplo abaixo, um enunciado dessas atividades, retirado da unidade didática 1, *Por causa de uma dor de dente* (p. 05):

O sentido das palavras

Pesquise, no vocabulário do final do livro ou no dicionário, o sentido das palavras e expressões assinaladas nas frases abaixo.

Ao escolher o melhor sinônimo (palavra do mesmo significado), considere sempre o contexto, isto é, o que vem imediatamente antes ou depois do vocabulário ou expressão procurados. Em seguida, reconstrua as frases, a partir do sinônimo. Ex.: ... por causa de um dente que me doía horrivelmente.

terrivelmente

O número de exercícios envolvendo esta atividade é muito variável, de cinco a dez. Em função de termos em mãos o livro do professor, destacamos a presença das respostas das questões, que vêm grafadas com letra cursiva, sem exceção.

Já em *O sentido do texto*, é apresentado um questionário, normalmente com dez perguntas variadas, sobre os mais diversos aspectos que o trecho lido oferece. As questões são ligadas diretamente ao texto onde o aluno encontra as respostas com facilidade. No exemplo abaixo, retirado da unidade didática 5, *Plebiscito*, p. 75, apresentamos parte de um desses exercícios:

O sentido das palavras

Responda com breves palavras:

1. Por que o senhor Rodrigues quis deixar a sala e refugiar-se no quarto?

Para poder consultar o dicionário.

2. Como você julga a atitude de d. Bernardina, confessando que não sabia o sentido da palavra?

É uma atitude honesta de quem reconhece as suas limitações.

3. A atitude do Sr. Rodrigues já tinha antecedentes?

Sim, já havia ocorrido a mesma coisa, a propósito da palavra “proletário”.

4. Quando se passa a cena? Em que momento da vida familiar do Sr. Rodrigues?

A cena passa-se em 1890, quando a família, após o jantar, está reunida na sala.

(...)

Outra atividade apresentada é o *Treinamento oral e Treinamento escrito*, em que assinalamos o predomínio do ensino gramatical. O primeiro apresenta exercícios envolvendo classes gramaticais e suas flexões, variação de estrutura de frases, concordância nominal ou verbal

dentre outros. Essa atividade envolve exercícios estruturais de repetição, substituição, ampliação, redução, correlação, seguir como o modelo, prosseguir, na tentativa de treinar o aluno para a aquisição de novas estruturas, novas formas linguísticas da variedade culta. Para exemplificação, transcrevemos parcialmente em exemplo dessa atividade retirada da unidade didática 8, *Lugar reservado*, p. 123:

Treinamento oral

Variação de estrutura da frase

1. *Mude o emprego popular oral do verbo ter na frase, para as formas cultas com verbo haver ou existir:*

Está lotado, não tem mais lugar.

há

existe

Continue, em voz alta, fazendo as variações:

(...)

Destacamos que essa atividade oral prevê um modelo de ensino e aprendizagem de base behaviorista⁹, bem sintonizado com o que se previa academicamente para o ensino de língua naquele período.

O número de atividades envolvendo o treinamento oral é, em geral, extenso. Paralelo ao treinamento oral ocorre também o treinamento escrito. São acrescentados, ainda no interior dos exercícios, dentro de retângulos, notas de teor gramatical através dos seguintes enunciados: *observe, anote*, servindo de referência para a realização dos exercícios solicitados. Ainda nesta atividade, em alguns momentos, são desenvolvidos exercícios que envolvem a linguagem popular ou coloquial para que o aluno possa fazer uma relação desta com a linguagem culta, conforme exemplo citado.

Quanto aos exercícios do *Treinamento escrito*, são semelhantes ao anterior, pois o aluno repete as estruturas, objetivando a aprendizagem do

⁹ Behaviorismo (Behaviorism em inglês, de *behaviour* (RU) ou *behavior* (EUA): comportamento, conduta), também designado de comportamentalismo (português europeu) ou comportamentismo (português brasileiro), é o conjunto das teorias psicológicas (dentre elas a *análise do comportamento*, a *psicologia objetiva*) que postulam o comportamento como o mais adequado objeto de estudo da psicologia. Comportamento geralmente é definido por meio das unidades analíticas respostas e estímulos. Historicamente, a observação e descrição do comportamento fez oposição ao uso do método de introspecção.

conteúdo trabalhado. A atividade prevê diferentes exercícios gramaticais, a saber, estrutura da oração, classes gramaticais, variações de linguagem; frase nominal, variação de estrutura de frase, concordância, etc. Vejamos alguns exemplos:

Unidade didática 2, O soldado e a trombeta, p. 32:

Classes gramaticais: o verbo e o advérbio (revisão)

11. Acrescente um advérbio ou locução adverbial em qualquer lugar das frases propostas.

Modelo:

É justo que a espada tu quebres

É justo que a espada tu quebres (assim).

Continue:

Eu sou inocente.

Eu não sou inocente.

Um velho soldado tirou a espada.

Um velho soldado tirou rapidamente a espada.

E ele repousou.

E ele repousou finalmente.

(...)

Unidade didática 6, O importuno, p. 98:

A estrutura da oração (revisão)

20. Indique adiante a estrutura destas orações, conforme o modelo:

Formamos a frase única: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)

Continue:

Funcionários batiam palmas: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)

Esta algazarra resulta da ampla liberdade de opinião: sujeito + predicado verbal (com objeto indireto)

O servente comanda o coro: sujeito + predicado verbal (com objeto direto)

Você é bom brasileiro? Sujeito + predicado nominal

O trabalho com a gramática é aqui parcialmente diferente do anterior, pois os alunos devem escrever as respostas e não somente lê-las em voz alta após a explicação de um determinado conteúdo gramatical.

Outra atividade que aparece no livro é *Atividade de comunicação e expressão*, constituída de sugestões de trabalhos que envolvem a expressão oral e escrita, aparecendo sistematicamente no final de todas as unidades didáticas. Os exercícios são em grande número e os mais diversos, como: jogral, pesquisa, teatro, bingo, produção de peças teatrais, dramatizações, recitações, gravações, recortes e colagens, elaboração de cartazes, história em quadrinhos, todas ligadas ao tema do texto trabalhado. Acompanhando as atividades encontram-se figuras, imagens, ilustrações, ajudando a orientar as atividades solicitadas.

Podemos observar, também, na mesma atividade, uma determinação da sequencialidade para o seu desenvolvimento, com a utilização de várias propostas e orientações de trabalho. É o que verificamos na proposta de trabalho abaixo apresentada, intitulada *Dramatização. O teatrinho da aula de português* (p. 84), a ser desenvolvida a partir de nove exercícios diferentes:

1. Cinco alunos vão fazer uma leitura dramatizada do texto, (...).
2. Montar a cena, fazendo uma adaptação para teatro em classe (...).
3. Depois (...) fazer uma autoanálise de seu tipo psicológico (...).
4. Motivados (...), os alunos poderão escrever pequenas cenas (...).
5. (...) visita a um teatro (...).
6. Transformar outros textos deste livro em teatro (...).
7. Pesquisar pequenas peças (...).
8. Reescrever (...).
9. Dois alunos estabelecerão um diálogo bem simples (...).

Um dado muito importante na composição das unidades são notas pontuais apresentadas pelo autor que direcionam o trabalho do professor, aparecendo manuscritas, ao lado das atividades, ao término e/ou início do exercício, dependendo da atividade que está sendo realizada.

Vamos aqui retomá-las em função de serem em elemento novo que surge no processo da configuração do livro.

Prof.: quanto à flexão dos substantivos e adjetivos é conveniente limitá-los aos casos mais gerais e de aplicação mais frequente. (p. 93)

Professor: neste tipo de exercício é de se esperar alguma variação nas respostas dos alunos, o que, aliás, constitui aspecto positivo da aula, pois favorece a discussão do sentido das palavras. (p. 99).

Nessas notas, o autor modaliza as ordens quando se dirige ao professor, transformando-as geralmente em sugestões (“...*é conveniente limitar-nos...*”); situação contrária acontece nos enunciados direcionados aos alunos quando a ordem é direta, sem relação de proximidade onde o autor usa apenas o imperativo como ordem expressa para as atividades serem executadas. Isso se observa nos exemplos das diferentes atividades apresentadas: *observe, flexione, prossiga, anote, continue, escolha, faça, pesquise, indique, leia, responda etc.*

Em síntese, como vimos, o didático está organizado em quatro unidades didáticas (I, II, III e IV), sendo que em cada unidade, encontramos três lições para cada uma, totalizando doze lições. Além de que, observamos que a estrutura organizacional das unidades ocorre da seguinte forma:

UNIDADE DIDÁTICA
TEXTO
REFERÊNCIA BIOGRÁFICA
VOCABULÁRIO
O SENTIDO DAS PALAVRAS
O SENTIDO DO TEXTO
TREINAMENTO ORAL
TREINAMENTO ESCRITO
ATIVIDADE DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

É possível considerarmos que o autor opta por uma forma composicional organizada a partir de uma estrutura fixa de seções para a apresentação dos objetos de ensino. Tal organização reflete uma estrutura sequencial, sem variações, obedecendo a uma determinada ordem: texto e gramática, sempre desenvolvidos a partir de uma progressão de atividades e exercícios.

Essa forma de organização demonstra que as atividades de ler, escrever, falar fazem parte de uma visão procedimental do ensino de língua portuguesa, onde cada uma delas ocupa um lugar específico nas unidades; a formação da linguagem do sujeito assentava-se na repetição de modelos, no armazenamento de respostas corretas, ou seja, na prescrição, nas normas, nas regras que iriam delinear o cidadão, atendendo os princípios da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* vigente.

4. Adequação: aproximando o ensino de língua portuguesa da década de 70 aos dias presentes

Iniciamos a adequação, tomando como suporte a nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, a Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que organizou os *Parâmetros Curriculares Nacionais* no Brasil¹⁰.

Nessa abordagem, o ensino de língua materna se realiza, tentando costurar num único processo entre a teoria e a prática, partindo do pressuposto de que cada sujeito constrói a sua própria história e, assim, a sua concepção de mundo, repensando e refletindo as experiências vividas, concebemos sujeitos com diferentes saberes.

Assumimos uma postura de que na sala de aula “ensinar é criar espaços para fazer valerem estes saberes silenciados para confrontá-los com os ‘conhecimentos’ sistemáticos, mas nem sempre capazes de explicar os fatos” (GERALDI, 1999, p. 21).

Estão aí revelados os objetivos que preveem “a constituição de usuários” da língua materna, já que “o usuário não segue rigidamente as normas propostas nem salta de um produto a outro, fragmentando-se e alienando-se neles como quer a sociedade de consumo” (GERALDI, 1999, p. 21).

No que tange à língua materna, o seu ensino parte do ponto em que se prevê a concretização de seus objetivos: o texto. A sua produção advém de um processo contínuo de ensino e aprendizagem, cuja “metodologia permite integrar a construção do conhecimento com as reais necessidades dos alunos” (SERCUNDES, 1997, p. 83).

Envolvem-se aí as atividades que fortalecem a competência linguística de seus autores: leitura crítica, a escrita com objetivo e leitor definidos, a compreensão e interpretação do mundo, a reflexão sobre a própria linguagem. Como assevera Geraldi (1999), aqui o texto já não se revela um produto pronto, intocável, que pertence somente ao seu criador, que não permite inferências, nem interferências, pois surge para satisfa-

¹⁰ Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* são referenciais para a renovação e reelaboração para a proposta curricular do Ensino Fundamental, publicados em 1997 e 1998, pretendendo oferecer uma recomendação do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para que as escolas formulem seus currículos, levando em conta suas próprias realidades, tendo como objetivo uma formação para a cidadania democrática.

zer as necessidades do autor e do leitor que compartilham um mesmo conhecimento de mundo e de língua.

No entanto, cruzando as abordagens que encontramos no didático de Preti com o ensino de língua materna desse início do século XXI, o que encontramos não é suficiente para configurar mudança de postura, pois o texto, muitas vezes, é apenas pretexto para aquela abordagem metalingüística, como fazem ainda alguns professores.

Nesse caso, eles iniciam o processo pela gramática normativa e não pelo uso, fazendo o caminho inverso ao que sugerem os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, no eixo uso-reflexão-uso, preocupando-se com as regras gramaticais e, ao que parece, sua mera identificação no texto.

Ao nosso ver, esses professores que trabalham com o texto na sala de aula ainda não o encaminham para uma reflexão sobre o uso, de acordo com o conteúdo proposto pelas legislações atuais, pois, no trato com a gramática, carregam a mesma concepção tradicional veiculada pela Lei nº. 5.692/71.

O que confirmamos é a presença do ensino normativista da língua, em que os professores oferecem a gramática por exercícios de reprodução de regras, confundindo comumente educação com a caça às formas sintáticas, lexicais e fonéticas, transformando as aulas de português em ensino da gramática normativa. A grande função do professor é corrigir o “português errado”, colocando-se como intolerante à língua em uso e às variações e mudanças linguísticas.

Bagno (2002, p. 16) considera que “o ensino de língua no Brasil, neste início de século XXI, se encontra numa nítida fase de transição”, confirma essa inegável necessidade de se estudar o ensino do Português perpetuado pelas contribuições da ciência linguística moderna e não, somente, de acordo com os preceitos da gramática normativa.

E ele vai além quando advoga que

[...] o ensino de língua na escola deveria propiciar condições para o desenvolvimento pleno de uma *educação linguística* – conceito que difere em muito da prática tradicional de inculcação de uma suposta “norma culta” e de uma metalinguagem tradicional de análise da gramática. (BAGNO, 2002, p. 17)

Nos dias de hoje, por fim, a ditadura do ensino tradicional da regra gramatical não mais se basta. É preciso articular a norma culta ao domínio do discurso adequado às situações de interação, de modo a favorecer a inserção do usuário da língua ao mundo da escrita, por exemplo;

ou seja, à dimensão da competência comunicativa - percalço da sala de aula de língua portuguesa.

5. Considerações finais

O trabalho centrou-se na década de 70 e tentou apresentar as diferentes formas de ensinar a língua, a postura do professor, a função do aluno, o espaço da norma gramatical, o uso da linguagem, num viés historiográfico, seguindo os princípios de Koerner (contextualização, iminência e adequação).

Vimos que na década de 1970, e coincidindo, portanto, com o momento histórico vivido pelo país, o magistério é pautado no tecnicismo, modelo adotado pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº. 5.692/71 que passou a dominar, desde então, o cenário do ensino de língua.

Analisando o livro didático da época, concluímos que propõe um modelo mecânico de aprendizagem, que isenta o aluno da prática da reflexão, consolidando a técnica estruturalista, que se aliou ao autoritarismo da época: as unidades apresentam uma sequencialidade fixa, pouco variável; texto e gramática continuam a constituir a estrutura mínima a partir da qual se desenvolvem todas as demais atividades. A gramática e o uso da forma padrão permanecem ocupando um lugar privilegiado.

Encontramos a língua nacional ensinada na escola como um caráter emblemático, servindo de instrumento de dominação, porque a própria concepção de língua corrente eximiu as instituições de propiciar a reflexão e o posicionamento do sujeito, face a um ensino centrado na repetição mecânica da estrutura da língua

O didático confirmou essa tendência nos anos 70, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem, que definiram uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser totalmente programada em detalhes. O autor do livro didático analisado direciona, de forma forte e acentuada, ao fazer do professor.

O que é valorizado nessa perspectiva, não é o professor, mas sim a tecnologia; e o professor passa a ser um mero especialista na aplicação de manuais e sua criatividade fica dentro dos limites possíveis e estreitos da técnica utilizada.

Porém, as mudanças que a atual *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* traz com a implantação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* ainda não são confirmadas pela prática de alguns professores: o texto, assumido como unidade básica de interação verbal, insiste em ser relegado ao estudo da frase e do período, quando não só à análise da palavra, como vimos no didático analisado.

No entanto, não podemos esquecer que é papel essencial do professor de língua portuguesa assumir uma prática em que a linguagem é o instrumento para a aprendizagem do aluno, encaminhando-o ao uso de informações contidas nos textos, bem como conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo.

Em suma, as questões aqui discutidas indicam que ainda no ensino de hoje os reflexos da antiga *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* ecoam, corroborando a necessidade de centrar esse ensino precipuamente no texto, e não na norma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BASTOS, Neusa Barbosa. (Org.). *Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998.
- BATISTA, A. A. G. *Aula de português: discurso e saberes escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares; história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth. (Orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005.
- BRASIL. Casa Civil. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692/1971*, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20-05-2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CORACINI, Maria José. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999.

DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Polêmicas do Nosso Tempo, 1984.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº. 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

GERALDI, J. W. (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 1999.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em historiografia linguística. Trad.: Cristina Altman. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística*, n. 2, 1996.

PRETI, Dino. *Português oral e escrito*. 6ª série do ensino de primeiro grau. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Orgs.). *Aprender e ensinar com textos dos alunos*, vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Magda Becker. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.